

CORRUPÇÃO

DEZENAS DE TRABALHADORES COLOCADOS NO FUNDO DO DESEMPREGO

E DIVERSAS FIRMAS À BEIRA DA FALÊNCIA POR

INCOMPETÊNCIA – PARCIALIDADE – CORRUPÇÃO DE ALGUNS TRIBUNAIS

PORTUGUESES

ESTAS AS VERDADES DA JUSTIÇA PORTUGUESA???

Tenho 73 anos, e tive o pior dia da minha vida quando contratei com a Sociedade de Construções Soares da Costa, S.A., ao entregar-lhe cinco lotes de terreno para neles construirem cinco Prédios na Cidade de Portimão, constituídos por: 1 lote para 11 andares – 1 lote para 10 andares e 3 lotes para 9 andares, porque quando do contrato de empreitada desconhecia qual a situação financeira daquela Sociedade, e já em plena construção vim a saber que a Soares da Costa, S.A. em algumas firmas que eram suas fornecedoras de materiais de construção lhe tinham cortado o crédito, e devido a essa situação de falta de crédito a Soares da Costa, S.A. através de acta de reunião, pediu ao dono dos lotes em construção para comprar e pagar determinados materiais que eram a sua **compra e pagamento da responsabilidade da Soares da Costa, S.A., e que depois fariam encontro e acerto de contas com futuras facturas que viessem a debitar ao dono dos lotes ora signatário, prontificando-se desta maneira a Soares da Costa, S.A. a pagar ao signatário os materiais que ele comprasse.** Porque a Soares da Costa, S.A. nunca demonstrou querer pagar ao dono dos lotes os materiais que ele comprou e pagou a pedido da Soares da Costa, S.A., o dono dos lotes viu-se na obrigação de protelar posteriormente determinado valor de facturação que a Soares da Costa, S.A. lhe debitou, porque tinha verificado que a Soares da Costa, S.A. não tinha intenção de lhe pagar o que aquela lhe tinha pedido para comprar e pagar por não terem crédito em algumas firmas suas fornecedoras. Em virtude da Soares da Costa, S.A. não querer fazer o encontro e acerto de contas, aquela Sociedade reteve os cinco lotes em construção que valem milhões de Euros, quando o dono dos lotes só lhe deve o valor de € 336.043,70 (Trezentos e trinta e seis mil e quarenta e três € e setenta cêntimos) após encontro e acerto de contas. Face a esta situação e depois de longos meses de negociação para o encontro e acerto de contas, que se gozou, o signatário teve que colocar acção cível em Tribunal através de uma Providência Cautelar para levantamento da retenção dos cinco lotes em construção, onde obteve sentença com ganho de causa, cuja sentença teve recurso da Soares da Costa, S.A. para o Tribunal da Relação de Lisboa. Do interposto recurso o **signatário teve também ganho de causa**, com decisão decretada pelo Tribunal da Relação de Lisboa nos seguintes termos: **CUSTAS PELA AGRAVANTE SOCIEDADE DE CONSTRUÇÕES SOARES DA COSTA, S.A. QUE, NO ESSENCIAL, NÃO OBTIVE GANHO DE CAUSA, SENDO CERTO QUE DETERMINAR, NOS TERMOS EM QUE O FOI, A PRESTAÇÃO DE CAUÇÃO SE COMPORTA NO ÂMBITO DOS PODERES INQUISITÓRIOS DO JUIZ, PODENDO ESSA MEDIDA SER DECRETADA OFICIOSAMENTE MESMO SEM AUDIÊNCIA DO REQUERIDO. NO QUAL DECIDEM NEGAR PROVIDIMENTO AO AGRAVO.** O Tribunal da Relação de Lisboa não quis a audiência do Requerido (mais uma suspeita da parcialidade da sentença) porque sabia que o Requerido iria confessar que para o valor da caução a decretar pelo Tribunal da Relação de Lisboa, bastava reter um dos cinco prédios em construção, mas para o favor parcial a fazer à Soares da Costa, S.A. o Tribunal da Relação de Lisboa tinha que sentenciar a retenção dos cinco

prédios. O Tribunal da Relação de Lisboa não quis ouvir o Requerido porque o Tribunal da Relação de Lisboa tinha conhecimento através do recurso que existia um **PROCESSO DE ENCONTRO E ACERTO DE CONTAS no Tribunal de Lisboa-Palácio da Justiça**, e isso está referido na sentença do Tribunal da Relação de Lisboa, mas ignorou esse facto, e condena o dono dos lotes a prestar uma caução no valor de € 757.468,35 (Setecentos e cinquenta e sete mil quatrocentos e sessenta e oito € e trinta e cinco cêntimos) quando a dívida à Soares da Costa, S.A. **sem o encontro e acerto de contas** que falta fazer, era e é de € 511.802,40 (Quinhentos e onze mil oitocentos e dois € e quarenta cêntimos), **MAS NÃO SATISFEITO O TRIBUNAL DA RELAÇÃO DE LISBOA AGRAVA A DÍVIDA AUMENTANDO A ES-TA O VALOR DE € 245.665,95 (DUZENTOS E QUARENTA E CINCO MIL SEISSENTOS E SESSENTA E CINCO € E NO-VENTA E CINCO CÊNTIMOS) COMO JUROS ANTECIPADOS A PAGAR EM QUATRO ANOS!!!**, e desta maneira **este valor de juros veio ao encontro do valor financeiro que a Soares da Costa, S.A. havia pedido através do seu in-terposto recurso**, daí o total da caução ser no valor de € 757.468,35, e não quiseram saber do crédito que o dono dos lotes tem a receber da Soares da Costa, S.A., e com a agravante de não sendo paga a caução, **o dono dos lotes fica obrigado a entregar à Soares da Costa, S.A. os cinco lotes em construção**, para a Soares da Costa, S.A. os re-ter até ser paga a caução, mas quando da acção da Providência Cautelar os terrenos eram lotes que estavam em construção, e quando a Soares da Costa, S.A. executa a decretada retenção pelo Tribunal da Relação de Lisboa, os lotes à data da retenção já eram prédios na fase de acabamentos, por tudo isto é de pasmar e leva a duvidar bas-tante da imparcialidade dos termos da sentença, porque bastava ficar retido um dos cinco prédios já na fase de acabamentos para garantia do pagamento da caução, e o valor de quaisquer dos Prédios à data da retenção era e é bastante superior ao valor da caução decretada. Com esta absurda e parcial sentença, o dono dos prédios foi obrigado a colocar no Fundo do Desemprego dezenas de trabalhadores, cujos encargos todos os cidadãos deste País estão a pagar através dos seus Impostos, e o signatário que nunca teve problemas com os seus fornecedores, é um pequeno comerciante, viu-se de um dia para o outro com dezenas de processos em Trinunal colocados pe-los seus ex-trabalhadores, subempreiteiros e fornecedores de materiais de construção, porque os Bancos que es-tavam a financiar os cinco prédios ao saberem da retenção dos mesmos resolveram cancelar os financiamentos, deixando o signatário numa situação financeira bastante difícil e com a agravante de nada poder pagar a quem deve, porque através da retenção dos cinco prédios que se encontram na fase de acabamentos, e não os posso acabar de construir para poder vender as 90 fracções em construção e na fase de acabamentos, para que possa através das vendas pagar a todos os credores. Face à sentença do Tribunal da Relação de Lisboa que deixa muitas dúvidas da sua isenção e imparcialidade, recorri da sentença para o Supremo Tribunal de Justiça, cujo recurso por decisão inexplicável do Tribunal da Relação de Lisboa que negou a subida do recurso, o que deixou ainda mais dú-vidas ao signatário da imparcialidade e isenção da sentença do Tribunal da Relação de Lisboa, porque lá diz **o PO-VO, os pobres não têm decisões judiciais justas e credíveis**, porque a Justiça defende e protege o Grande Capital, sendo o signatário um desconhecido ao contrário da Sociedade de Construções Soares da Costa, S.A. que foi con-siderada uma das maiores empresas do País e grande Capitalista, e assim havia que defender o grande capital em prejuízo do pequeno capital, ou seja não se fez **a devida JUSTIÇA** porque os factos não foram analisados para se-rem provados com a imparcialidade que deve ter um Tribunal. **E até os vários Advogados a quem mostrei esta sentença ficaram deveres admirados e incrédulos, porque como é que tendo ganho de causa na sentença**, tenho que pagar caução, e a Soares da Costa, S.A. tendo perdido o recurso não é condenada a fazer o encontro e acerto de contas, e assim se evitava a retenção dos cinco prédios, porque bastava sentenciar a retenção de um dos pré-dios para garantir a caução até ao seu integral pagamento após o encontro e acerto de contas. Porque não me conformei e não me conformo com a retenção dos prédios que são uma valia para a Cidade de Portimão, escrevi a **SUAS EXCELÊNCIAS SENHORES PRESIDENTE DA REPÚBLICA PORTUGUESA, PRIMEIRO MINISTRO, PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA, CONSELHO SUPERIOR DA MAGISTRATURA, MINISTRO DA JUSTIÇA, E A TODOS OS PARTIDOS POLÍTICOS COM ASSENTO NA ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA, CGTP, UGT**, tendo enviado a todos có-pias da decisão da Primeira Instância e do Tribunal da Relação de Lisboa. Apesar de todas as entidades acima

mencionadas clamarem para que todos os cidadãos do País lutem para se arranjar postos de trabalho para os trabalhadores desempregados, e coloquei no desemprego dezenas de trabalhadores, não obtive da parte das Entidades Oficiais acima mencionadas qualquer apoio, e algumas muito poucas das entidades mencionadas, deram uma resposta miserável a este caso, por não quererem analisar uma absurda e parcial sentença, e pergunta-se???. É assim que as Entidades mencionadas defendem o pequeno cidadão do País, pois quando há eleições prometem-lhes mil e uma coisas para depois nada fazerem, e pelos vistos também defendem a sentença absurda e parcialmente injusta decretada por Magistrados que são para aquelas **ENTIDADES CIDADÃOS INTOCÁVEIS**, mesmo que decretem sentenças injustas e sem nexo como é o caso da retenção dos cinco Prédios, quando só um prédio bastava para garantir a dívida após o encontro e acerto de contas entre as partes, porque com a retenção não há hipótese de acabar a construção afim de poder vender as fracções para que possa pagar a todos os credores dos cinco Prédios, e voltar a dar trabalho às dezenas de trabalhadores que tinha ao meu serviço. Enviei também cópias das sentenças para as várias estações de **TELEVISÃO, RÁDIO E DIVERSOS JORNAIS DESTE PAÍS** para que mais uma vez verificassem como se faz a justiça no País, mas como se abordava decisão injusta e parcial do Tribunal da Relação de Lisboa, **não quizeram por cobardia e medo de represálias**, saber do caso, porque só lhes interessam assuntos como a Casa Pia, Face Oculta, Freenport e outros semelhantes, porque casos como o do signatário não lhes dão para venderem programas e jornais, mas esta sentença injusta para com um cidadão desconhecido devia ser notícia porque assim demonstravam que a imprensa falada e escrita também olhava pelos pequenos e desconhecidos cidadãos deste País, e assim demonstravam que não tinham medo de abordar sentenças absurdas, injustas e parciais, porque os Senhores Magistrados como seres humanos também são pessoas que podem cometer erros gravíssimos na sua profissão, e devia existir uma Lei Jurídica que condene quem decreta sentenças que só defendem o Grande Capital.

Será desta forma que a Justiça dos Tribunais é justa e imparcial???. Ou não há vergonha???. Haja bom senso e faça-se sempre a devida **Justiça**.

Deixem trabalhar quem quer fazer algo de bom pelo País, e dar trabalho a dezenas de trabalhadores. Infelizmente por causa da Sociedade de Construções Soares da Costa, S.A., tenho mais dois processos no Tribunal de Lisboa-Palácio da Justiça, um que é a continuação da Providência Cautelar onde sou queixoso, e outro uma Acção Declarativa colocada pela Soares da Costa, S.A., onde sou Réu e queixo porque ganhei a Reconvenção, **e já tenho razões mais do que suficientes para reear que as decisões finais destes dois Processos sejam também parciais a favor da Sociedade de Construções Soares da Costa, S.A. por ser Grande Capitalista, porque a actuação dos Senhores Magistrados levam a essa conclusão, porque são Processos instaurados nos anos de 2005 e 2006 e estão ambos parados não sei porquê, apesar da sentença dada pelo Tribunal da Relação de Lisboa para prosseguirem com a acção, e em 2007 no processo Acção Declarativa tive quatro conferências preliminares no Tribunal de Lisboa como preparação para o julgamento, e desde o ano de 2007 até hoje inclusivé nada mais foi feito, ambos estão parados**. Em resumo devido à parcialidade da sentença decretada, coloquei dezenas de trabalhadores no Desemprego que todos estamos a pagar através dos nossos impostos, vários subempreiteiros e fornecedores de materiais à espera que lhes pague, os Bancos à espera que lhes pague os financiamentos, **os cinco prédios estão na fase de acabamentos e a degradarem-se**, e quem deu a parcial sentença pelas provas que tinha no Processo também devia ter pensado nas consequências de ter decretado a retenção dos cinco Prédios na falta de pagamento da caução, além de que colocaram o signatário na total pobreza, e até parte da sua reforma de velhice foi penhorada, e estou na contingência de ir dormir para debaixo da ponte. O Tribunal da Relação de Lisboa ao decretar da forma como o fez só teve a intenção de proteger o Grande Capital, deixando dezenas de pessoas, e pequenas firmas em precária condição financeira e à beira da falência devido aos seus créditos sobre o signatário, e a Justiça dos Tribunais não devia ser feita desta maneira que é deveras uma Justiça injusta por ser parcial.

- Porque não tive a ajuda das Entidades Oficiais acima mencionadas o que é vergonhoso, **VENHO PEDIR ÀS EMPRESAS DE CONSTRUÇÃO, AOS GRANDES INVESTIDORES, E A QUEM ESTEJA NAS CONDIÇÕES DE ME PODER AJUDAR**

NA COMPRA DOS CINCO PRÉDIOS EM CONSTRUÇÃO, pois quero pagar a quem devo, porque quero libertar o meu nome e a memória de meus Pais de tão infame decisão que me levou à ruína tanto física e mental como financeira. Espero não vir a sofrer retaliações por lamentar a **PARCIALIDADE DA SENTENÇA E MÁ JUSTIÇA DO TRIBUNAL DA RLAÇÃO DE LISBOA** no caso aqui relatado. Devido à forma como este País evoluiu após o 25 de Abril de 1974, o Povo deste País devia procurar fazer um 24 de Abril para que estes e outros casos vergonhosos acabassem de vez e levassem o País a acreditar nos seus Governantes a todos os níveis, acabando-se com a corrupção e os grandes desfalques que levaram o País à situação em que se encontra.

O SIGNATÁRIO

JORGE PINHEIRO SANTIAGO